



III CONGRESSO ESTADUAL DE ASSISTENTES SOCIAIS  
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

---

O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: PERSPECTIVAS FRENTE AO  
ENFRENTAMENTO DO RACISMO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

**Anderson Alves Muniz** (a) - a  
a

## **O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: PERSPECTIVAS FRENTE AO ENFRENTAMENTO DO RACISMO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

Palavras-chave: racismo, projeto ético-político e Serviço Social

Keywords: racism, ethical-political project and Social Work

## **I. INTRODUÇÃO**

Este trabalho tem como objetivo elucidar a atuação do assistente social frente a esta temática, no que tange a perspectiva desta categoria de acordo com seu projeto ético-político, que tem como base o projeto societário, radicalmente democrático, que tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central e foi utilizado pesquisa bibliográfica para o levantamento do tema em questão.

No Brasil o mito da democracia racial, no que se refere a população negra, está auxiliando o papel de beneficiar e legitimar a discriminação, corroborando para que haja a naturalização das diferenças, colocando-as como sinônimo de desigualdades, preservando o status quo e viabilizando mecanismos para a permanência das desigualdades raciais.

Sua atuação engloba a totalidade da vida cotidiana, todos os aspectos e relações da vida em sociedade. Ele está conexo com a reprodução de bens espirituais que vão gerar a consciência dos usuários atendidos.

Esses fatores históricos e sociais que atravessam o cotidiano do assistente social são elementos constitutivos do seu fazer profissional, tanto como instrumento de análise e avaliação da sua atuação junto aos usuários, quanto como as transformações da própria categoria.

O assistente social tem como prioridade auxiliar as políticas de ações sociais, dentre elas, a qual nos debruçamos a refletir: a questão do racismo na sociedade brasileira, combater de forma imprescindível toda forma de discriminação étnico-racial, seja por raça, credo, ou ideologia utilizando seu código de ética. A importância atribuída á ética e aos direitos humanos no interior do projeto ético-político, constitui o fortalecimento deste profissional para que o mesmo possa intervir objetivamente na sua atuação junto aos seus usuários.

## **II. DESENVOLVIMENTO**

O racismo surgiu na cultura ocidental, ligado a certas concepções sobre a Natureza Humana que justificava a discriminação dos seres humanos, tendo em vista a exploração. Até o fim da Idade Média (século XV), a discriminação era feita com base em dois tipos de argumentos: os baseados na cultura e os apoiados na condição social. Os gregos

afirmavam, sobretudo o primeiro tipo de argumento. Acreditavam que eram superiores em relação a outros povos porque se achavam mais cultos. No período do império romano e na Idade Média, preponderava as discriminações baseadas na condição social. Os nobres na Idade Média eram reconhecidos como superiores a outros grupos sociais, pois gozavam de certos privilégios que lhes eram atribuídos ou herdados, e isto estabelecia uma certa hierarquia entre os seres humanos, fazendo com que fossem superiores aos demais. No século XVI, tanto branco como negro, podiam ser vendidos como escravos. A escravatura era entendida como um ato de violência do mais forte sobre o mais fraco. Apesar desta consciência, não deixava de ser aceita e defendida. Na Espanha surgem as primeiras concepções modernas sobre o racismo, em torno da questão dos judeus e mulçumanos. A igreja Católica exigia a conversão ao cristianismo para que pudessem ser tolerados. Entretanto, rapidamente colocaram a questão da "limpeza de sangue", não bastava convertê-los "limpando-lhes a alma", era necessário limpar o sangue. Mas logo chegaram à conclusão de que estes, uma vez infectados por outras religiões, estariam impuros para sempre. A religião passou a determinar a raça e vice-versa. Esta concepção também foi estendida aos índios e negros. (SCHUWARCZ, 1998)

Com a chegada dos portugueses no Brasil, inicia-se o processo de escravidão. Nesta época o país era povoado por vários grupos indígenas e muitos deles foram escravizados, mas os missionários portugueses logo perceberam que os índios não conseguiam desempenhar funções imposta a escravos, uma vez que eles eram acostumados a desempenhar funções somente para sua sobrevivência, a partir desta percepção os missionários passaram a catequizá-los interrompendo o processo de escravidão dos mesmos. Os portugueses passaram a trazer consigo os africanos nos porões dos navios negreiros, em condições sub-humanas, alguns morriam antes de chegarem ao destino e seus corpos eram lançados ao mar. Aos que conseguiam chegar ao Brasil com vida eram vendidos como mercadorias para trabalharem de forma árdua, a exemplo disto: os negros foram obrigados a trabalhar em zona rural, pois as lavouras careciam de mão-de-obra forte. As condições de trabalho eram precárias e desumanas, qualquer distração era motivo que eles fossem chicoteados. Durante a noite viviam presos em senzalas, muitos tentaram fugir, mas eram impedidos e castigados. Foram também obrigados a deixar sua religião, sua cultura, tradições e costumes.

Essa breve história é para elucidar como os negros foram discriminados e explorados na época da escravatura no Brasil, eles foram desrespeitados, tiveram seus direitos violados por outra raça que se julgava superior à deles, e com o passar dos anos ainda é perceptível a prática do racismo em nossa sociedade, não se limitando apenas aos

negros, que são o maior alvo, mas também , muitas vezes aos índios. A discriminação embora negada por muitos fica evidente na dinâmica societária. Nossa sociedade finge não perceber, não admitindo que os brasileiros são preconceituosos e racistas, mas se torna evidente quando nos deparamos com atitudes racistas, como chamar uma pessoa negra de "negão" ou "macaco" revelando um extremo racismo que está implícito em nossa realidade societária.

De acordo com Santos (2003) a discriminação contra os negros em nossa sociedade é uma luta travada dentro de cada brasileiro, é uma ideologia da classe dominante, que inibe a identidade do seu próprio povo, da sua própria raça, por meio de mecanismos distorcidos e ultrapassados.

Em 1988 a Constituição Federal determinou, no Art. 3, inciso XLI, que: "Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação"; e no Art. 5º, inciso XLI, que "a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais".

O racismo no Brasil é crime previsto na Lei nº 7.716/1989, e inafiançável e não prescreve, ou seja, quem cometeu o ato racista pode ser condenado mesmo anos depois do crime. A Declaração Universal dos Direitos do Homem foi criada com o objetivo de proteger os direitos fundamentais dos seres humanos condenando todo o tipo de discriminação pela cor, gênero, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição.

O Projeto Ético Político do Serviço Social tem como pano de fundo um projeto societário, radicalmente democrático, que tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central. Propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração ou dominação de classe, etnia e gênero, ou seja, este projeto tem o propósito de transformação da sociedade brasileira. Foi constituído entre os anos de 1970 aos anos de 1980, num processo de redemocratização da sociedade brasileira, consolidando-se na década de 1990. O código de ética do assistente social apresenta como centralidade o compromisso com a classe trabalhadora. Desse modo entende-se que, o Projeto Ético-Político do Serviço Social, implica compromisso com uma nova ordem social na qual busca-se competências profissionais que visem formação permanente e constante postura investigativa.

O Código de Ética Profissional do Assistente Social, aprovado em 1993, é o primeiro código profissional do Serviço Social que introduz a questão da não discriminação como

um de seus princípios fundamentais. Isso remete a uma reflexão acerca da importância atribuída à ética e aos direitos humanos no interior do projeto ético-político, fortalecendo as bases para o desenvolvimento de um debate sobre a questão étnico/racial no cotidiano do assistente social.

O profissional de serviço social é convocado a intervir nesse terreno complexo. Cabe ao assistente social se confrontar com os limites e possibilidades para garantir direitos na sociedade. Nesse sentido faz-se necessário a crítica dessa realidade e a apropriação sobre o fenômeno do racismo e de suas diversas expressões na vida social. Esse processo contribuirá para o fortalecimento do projeto ético-político da profissão no que tange a direção política, com valores emancipatórios cujas relações humanas sejam livres de qualquer exploração, opressão e discriminação de classe racial. Em algumas lutas obtivemos sucesso, em outras não. Assim, em tempos sombrios, como os que vivemos, com inúmeros retrocessos no campo da democracia e dos direitos humanos precisamos seguir resistindo.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**, 1993.

ROCHA, ROSELI. F. **A Questão Étnico-racial e as Políticas de Ação Afirmativa: contribuição para o debate no Serviço Social**. In: Anais – XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – 06 a 10 de dezembro de 2010.

SANTOS, SALES AUGUSTO DOS. **Ação afirmativa e mérito individual**. In: LOBATO, FÁTIMA; SANTOS, RENATO EMERSON DOS (Orgs) **Ações Afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Rio de Janeiro: DP&, 2003.

SCHUWARCZ, LILIA MORITIZ. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade**. In: SCHUWARCZ, LILIA MORITIZ. **A História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.